

Verdades à medida. Interesses e factos em controvérsia durante a pandemia

Pedro Rodrigues Costa, Daniel Norversa & Alice Balbé

Universidade Lusófona / Universidade do Minho / Universidade do Minho

pedro.rodrigues.costa@ulusofona.pt / daniel.noversa@gmail.com / alicedb.jornal@gmail.com

Resumo

Este artigo visa articular, de um ponto de vista crítico, a relação entre verdade, facto e interesse nas dinâmicas informacionais no digital. Partindo do pressuposto de que muita da atual aceleração social e informativa é fortemente motivada por estratégias de captura da atenção, entendemos as redes digitais como um dos principais meios para a expansão e propagação de informações, mas que não escapam a objetivos particulares. No caso da pandemia, a atual contingência sociotécnica revelou, *per se*, uma dinâmica de conquista e captura do espaço-tempo, colocando, frente a frente, factos e interesses que se revelaram controversos. Com uma metodologia exploratória e reflexiva, incidimos a nossa análise em quatro grandes controvérsias que se evidenciaram ao longo do primeiro ano de pandemia COVID-19. Estas controvérsias geraram notícias, desmentidos, partilhas e milhares de comentários online. Muitas vezes lançando confusão, no já complexo cenário de pandemia, aceleraram processos de contra-informação, desinformação e fake news. Discutimos ainda como é que a atual dinâmica informacional no digital mobiliza ou cria argumentos que acabam por extremar posições, em disputas entre os interesses particulares e os próprios factos científicos.

Palavras-chave: COVID-19; controvérsias; factos; interesses; Redes digitais.

Abstract

This article aims to articulate, from a critical point of view, the relationship between truth, fact and interest in current socio-technical dynamics. Assuming that the current social and informational acceleration is strongly motivated by strategies to capture the attention, we understand digital networks as one of the main means for expansion and propagation of information, ideas and news, but that do not escape particular objectives. In the case of the pandemic, the current socio-technical contingency revealed, *per se*, a dynamic of conquest and capture of space-time, putting facts and interests that proved to be controversial face to face. Using an exploratory and reflective methodology, we focused our analysis on four major controversies that emerged in the first year of the COVID-19 pandemic. These controversies generate news, denials, shares and thousands of online comments, have often throw up confusion in the already complex pandemic scenario, accelerating processes of counter-information, disinformation and fake news. We also discuss how the current informational dynamics in the digital mobilize or create discursive arguments that end up in extreme positions, in disputes between private interests and the scientific facts.

Keywords: COVID-19 pandemic; Controversies; Facts; Interests; Digital media.

Data de submissão: 2023-12-12. Data de aprovação: 2024-11-28.

Revista Estudos em Comunicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *LabCom – Comunicação e Artes*, UIDB/00661/2020.

Introdução

A individuação sociotécnica proporcionada pelo digital suscita novas práticas e atualmente novos fenómenos como a infodemia, as *fake news*, discursos de ódio, violência digital, entre outros. A partilha fácil, a reação simples ou o comentário confortável do sofá e sem a pressão do olhar direto do outro facilitam uma exposição mais privada e subjetiva do que nas anteriores dinâmicas sociais (Latour, 2012; Silva, 2019; Neves & Costa, 2020; Costa, 2020a-b). A este respeito, recordava-nos Norbert Elias (1993) que em qualquer transição “de uma organização de sobrevivência predominante para outra, que abrange mais pessoas, e que é mais complexa e diferenciada, a posição dos homens singulares transforma-se, de modo próprio, em relação à unidade social que eles formam em conjunto” e, como tal, arrasta consigo um “outro padrão de individuação” (Elias, 1993, p. 189). Neste caso, trata-se de uma individuação sociotécnica com um sentido associativo duplo: a integração social da técnica e uma correspondente reestruturação técnica do social (Latour, 2012; Neves & Costa, 2020).

A matriz da individuação sociotécnica atual faz-se com várias dinâmicas: ubiquidade, instantaneidade, aceleração, *presentismo*, liquidez e discussão pública (Maffesoli, 2001; Sloterdijk, 2002; Bauman, 2006; Martins, 2017; Costa, 2020a). Contudo, a concomitância destas dimensões produz mais do que uma simples soma das partes. A tese é a de que a própria contingência acaba por ficar subjugada a uma força teletecnológica e que os grandes objetos de interesse passam a entrar na corrente de imitações (de opiniões, de ideias e de comportamentos) formando intelectos contingentes dominantes e polarizadores (Neves, 2006; Costa, 2013; Patino, 2019; Costa, 2020a; Costa, 2020b; Costa, 2020c; Costa, 2021a).

Partindo deste pressuposto, a “verdade”, tal como as relações pessoais, interpessoais e institucionais, tornou-se crescentemente sujeita a maior liquidez (Bauman, 2006). Com isto, Bauman sugeria uma maior tendência para se ajustar a verdade à medida dos interesses de indivíduos e grupos sociais (Costa, 2020a; Costa, 2020b; Costa, 2020c). A verdade construída dentro destas dinâmicas transforma factos e acontecimentos em “coisas infinitamente mais frágeis” (Arendt, 2006, p. 241), motivos de guerra comunicacional entre grupos que se opõem e de maiores níveis de extremismo (Bauman, 2017; Latour, 2020a). Heidi Larson (2018), à *Nature*, argumentava que “o dilúvio de informações conflitantes, desinformações e informações manipuladas nas redes sociais deve ser reconhecido como uma ameaça global à saúde pública” (Larson, 2018, p. 309), referindo inclusive “que o contágio emocional, habilitado digitalmente, poderia corroer a confiança nas vacinas a ponto de torná-las discutíveis” (Larson, 2018, p. 309). Algo que, como veremos adiante, acabou por suceder com a pandemia de COVID-19.

As redes digitais, em particular, têm sido consideravelmente povoadas por verdades à medida de interesses particulares, nomeadamente nas discussões que surgem associadas a campanhas políticas, como o caso da *Cambridge Analytica*, bem como também outros estudos sobre o uso de termos como *fake news* e os desafios colocados aos jornalistas na disseminação de informação e *fact checking* (ver Figueira & Santos, 2019; Silveira & Amaral, 2020), sobretudo na comunicação de ciência (Loose & Balbé, 2020).

Em maio de 2020, a desinformação estava presente “em mais de um quarto de vídeos muito vistos no YouTube sobre a pandemia”, facto verificado por uma equipa de cientistas (Li et al. 2020) que demonstraram “que mais de um quarto de 69 dos vídeos em inglês mais vistos sobre a pandemia contém desinformação” (Serafim, 2020, para. 1). Além disso, a intensificação da produção audiovisual de conteúdos de desinformação sobre as vacinas alastrou-se de forma alarmante na comunidade YouTube, o que levou esta entidade a assumir uma nova política de remoção de vídeos ou mesmo a banir os responsáveis que alegam “que qualquer vacina aprovada é perigosa, causa problemas crónicos de saúde [cancro, autismo e infertilidade] ou que não reduz a propagação de doenças”, bem como “vídeos que espalhem informações incorretas sobre vacinas que não são da COVID-19 ou que promovam a hesitação na toma da vacina” (Milmo, 2021, paras. 2 e 3). Desde “outubro de 2020, o YouTube já removeu mais de 130 mil vídeos que violavam ‘as políticas sobre a vacina da COVID-19’” (Neves, 2021, no lide).

Percebe-se, portanto, que a atual contingência sociotécnica não se define apenas por intermédio de fatores aparentemente externos e extrínsecos ao sujeito, como é o caso da pandemia, das alterações climáticas ou de qualquer outra catástrofe com viés mediático, mas, efetivamente, na dinâmica alimentada por intelectos intersubjetivos que, através de conteúdos, partilhas e conversações digitais, se expandem e se fortalecem, veiculando e imitando interesses ou opondo e adaptando factos que influenciam a opinião, reflexão e comportamento dos vários públicos (Tarde, 1978; Tarde, 1992; Costa, 2021a). A mercadoria é hoje o próprio sujeito intersubjetivo que resulta da compressão das verdades num espaço-tempo teletecnológico povoado por intelectos contingentes sociotécnicos dominantes ou contra-hegemónicos, muitas vezes acelerado por algorítmicos conectivos e persuasivos que se alimentam de interesses e desejos particulares (Costa, 2020a-b-c). Por aqui percebemos que as redes sociais são comunidades *online*, que encapsulam convicções e crenças (Cádima, 2020, p. 200). Enfim, que enformam e socializam grupos de indivíduos para “verdades” à medida (nem sempre verdadeiras) e aceleradas por algoritmos e máquinas geradoras e propagadoras de mitos que infetam a discussão pública. Tudo isto num momento atravessado pela crise da confiança no sistema político e democrático (Cádima, 2020).

Relacionando esta individuação sociotécnica com as recentes vagas de desconfiança em relação à ciência e à política, sobretudo durante o período da pandemia (agravado pelo desconhecimento sobre a doença), importa repensar na necessidade de uma redefinição de instrumentos críticos no campo dos estudos das ciências (Latour, 2020a-b). A este respeito, Latour (2020a-b) propõe que se abandone a oscilação arbitrária em que se foram imbuindo as ciências sociais e naturais, entre posições de facto e de fantasia para explicar objetos de estudo, e de os considerarem como parte de ações humanas determinadas por leis sociais ou naturais (Dow et al, 2021). Ou seja, interesses e ilusões não devem ser negligenciados nos processos de construção social – e nesse aspeto o exemplo da pandemia fornece uma grande quantidade de exemplos para demonstrar esta tese.

Esta urgência de considerar em simultâneo *questões de interesse* e *questões de facto* permite-nos retornar ao realismo implícito tanto nos interesses como nos factos que se vão constituindo. Dito de outra forma, aproximar os factos, mas sem lhes retirar a sua força e acrescentando ainda mais realidade – onde também se encontram os interesses. Assim, o que se pretende que prevaleça é o facto em si mesmo e com todas as suas dinâmicas: quanto maior a sua realidade, mais verdadeiro se torna. O que, de certa forma, vai no sentido inverso às teorias da conspiração, que tendem a procurar mais o interesse particular que melhor representa a sua ideia e não tanto a sua relação com os factos (Latour, 2020a).

Esta contextualização vem assim justificar o objeto de estudo deste artigo: discutir como é que a atual dinâmica sociotécnica acaba por forçar uma “verdade” à medida de interesses ou argumentos para os diversos grupos que, por seu turno, por imitação, oposição ou adaptação, acabam por reagir. Além disso, é também objetivo deste estudo tentar perceber criticamente como é que isso acarreta perigos para a cidadania em sentido mais lato. Para responder a estes objetivos, enquadrámos a nossa análise no período da pandemia COVID-19 e analisamos quatro controvérsias impactantes, percebendo as estratégias comunicativas de ambos os lados.

1. Pós-verdade, desinformação, *fake news* e metonímias

Em Antoni Bassas (2016), o neologismo “pós-verdade” refere-se a todas as situações em que se verifica que factos objetivos comportam menos influência do que os apelos às emoções e crenças pessoais. Segundo Bruno Latour (2020b), esta postura de pós-verdade é uma atitude de defesa, na medida em que preconiza a ideia “de que existem verdades alternativas que o sujeito pode escolher”. No seu entender, isto é muito diferente do modo de construir ciência baseada num “ceticismo racional” (Latour, 2020a, para. 11).

O conceito de pós-verdade está intrinsecamente relacionado com o conceito de *Fake News*, uma vez que este consiste em informação distribuída em canais de informação tendo como objetivo deliberado a desinformação ou o boato com intenções de enganar ou obter ganhos, financeiros e/ou políticos.

As *Fake News*, para além de poluírem com sofismas os discursos públicos, apelam às emoções, muitas vezes através de títulos sensacionalistas, exagerados ou evidentemente falsos para chamar a atenção (Hunt, 2016).

A problemática da pós-verdade e das *Fake News* relaciona-se, de um modo simultaneamente complexo e subtil, com o mundo do ecrã. Este objeto técnico clama pela “atenção” visual, sugerindo um “dar vistas” aos assuntos. Funciona como um palco onde se convoca o outro pela visão (Costa, 2020a). Para Patino (2019), esta dinâmica configura uma civilização marcada pela omnipresença de sujeitos mediados por *smartphones* e assente numa economia digital que resulta de técnicas de “captologia” (ciência da captura da atenção) onde convergem diversos meios, tanto sociotécnicos como da psicologia comportamental (Jenkins, 2009), e com uma agravante não menos profícua: a memória do que é visualizado é curta em termos de racionalidade, mas forte em sugestão de caminhos de “verdade” (Patino, 2019).

Neste sentido, *Fake News* ou conteúdos com *verdades à medida* ou *verdades orientadas* surgem como “lanças” da pós-verdade, exponenciando-a como base de contracorrentes face a discursos dominantes (Patino, 2019). Se os factos, ainda que vagamente empíricos e vagamente corretos, continuam a ser “fornecidos por milhares de fazendas de notícias falsas na Sibéria, é difícil resistir” (Latour, 2020b, para. 11), tal significa que esta dinâmica coloca a contingência sociotécnica sob o efeito de um misto de informações subjetivas, fazendo-se escolhas ora com determinada racionalidade ora com determinada moralidade – deixando por isso os sujeitos sem saber *onde aterrar* (Latour, 2017).

A pandemia da Covid-19 marca uma nova era ao cruzar *Fake News*, pós-verdade e comunicação como nunca havia sido feito até então. Bernard Henry Lévy (2020, p.15) apelida este momento como “o primeiro medo mundial”, convocando-o como meio para domínio de massas. Além disso, é grande “o número de coisas que o indivíduo precisa de saber para decidir o que é factual e o que não é” (Latour, 2020b, para. 12). Não sendo algo inédito deste tempo, uma vez que a ciência sempre resultou da eliminação de algumas informações e da consideração, propagação, imitação e ampliação de outras, a verdade é que esta atual dinâmica revela o vasto problema gerado pelo “capitalismo da informação” (Castells, 2007) que apela a uma certa “corrosão do carácter” (Sennet, 2007), informacional e material, pela via da captologia (Patino, 2019). Um problema que deixa de ter a ver apenas com a produção em massa (como no tempo da era industrial) e que se relaciona com um “capitalismo da vigilância” (Zuboff, 2020), que modifica e enforma os comportamentos. Ao invés de operários explorados, temos milhões de pessoas nas redes digitais aproveitados para veicular mercadorias, quer dizer, informações ou “verdades” à medida de certos interesses em que os principais atores do capitalismo da informação passam a ser a economia da atenção e a “captologia” – a técnica preferida da contingência sociotécnica para mobilizar e efetivar a associação entre a informação a veicular, o agente transmissor e o imitado-desejado, superando em eficácia os restantes agentes primários de informação, inclusive a Ciência e a Escola (Patino, 2019).

A par destas dinâmicas ainda temos uma outra variante deste estado de arte: uma forte presença de metonímias no processo de construção da informação. Uma metonímia, figura de estilo que significa “além do nome” ou “mudança do nome”, consiste no emprego de uma palavra fora do seu contexto semântico normal, dada a sua contiguidade (e não a similaridade) material ou conceptual com outra palavra. Trata-se de uma substituição lógica de um termo por outro, mantendo-se, todavia, uma proximidade entre o sentido de um termo (facto) e o sentido do termo que o substitui (interesse). Enquanto técnica linguística, a metonímia permite, fundamentalmente, a substituição. Uma substituição usada, não raras as vezes, para a amplificação de interesses, constituindo-se na figura de estilo perfeita para explicar a *sociedade do espetáculo* (Débord, 2021). Alguns exemplos: substitui a matéria pelo objeto, como por exemplo *Lavou os cristais da avó antes de usá-los no jantar* (cristais por copos de cristal); substitui a parte pelo todo, *Enormes chaminés dominam os bairros operários* (chaminés por fábricas); substitui a pessoa pela coisa ou o autor pela obra – *Adorei ler Jorge Amado* (Leu um livro de Jorge Amado); substitui proprietário por propriedade – *Ele jantou no Andrade* (Andrade por o restaurante

do Andrade); substitui morador pela morada – *Passei a tarde lá na tia Anita* (tia Anita por casa da tia Anita); substitui continente pelo conteúdo – *Comeu toda a caixa de bombons* (toda a caixa por todos os bombons contidos na caixa); substitui marca pelo produto – *Comprou um Honda* (Honda por automóvel); substitui símbolo pela coisa simbolizada – *A coroa inglesa foi abalada por recentes escândalos* (a coroa inglesa pelo governo monárquico inglês); substitui singular pelo plural – *O brasileiro tenta encontrar uma saída para suportar a crise* (o indivíduo pelo conjunto); substitui instrumento por quem o utiliza – *Ele é um bom pincel* (pincel por pintor); substitui país pelo governante – *Hitler subjugou a maior parte da Europa antes de ser derrotado* (Hitler por Alemanha Nazi) (Sérgio, 2006).

Sobre este uso particular, o estudo acerca da postura de 200 jornalistas portugueses que admitiram ter orientado os cidadãos para o confinamento durante a pandemia constitui um bom exemplo de como as metonímias podem ser usadas para a “orientação” (Lopes, 2020). Isto é, aquele que se torna astuto no uso de metonímias, torna-se um grande produtor de expressões ou frases com acentuado poder de sugestão e orientação, expondo interesses ao invés de factos, e assim orientando a “verdade” para caminhos que se afastam do facto. Eis a pós-verdade no seu sentido mais técnico.

2. Verdades à medida: nota teórico-metodológica

Faria (2019) adianta que “nunca como hoje as pessoas foram tão maciçamente manipuladas por uma indústria que fabrica *fake news* com o intuito de fazer chegar os populistas aos lugares de poder” (Faria, 2019, para. 2). Questiona sobre o que terá acontecido “para que as sociedades, escolarizadas como nunca antes, se verguem a algoritmos que lhes dizem o que pensar e que direcionam o seu voto para figuras como Donald Trump, nos Estados Unidos, ou Jair Bolsonaro, no Brasil?” (Faria, 2019, para. 2).

No entender de Byung-Chul Han (2020), tudo isto tem a ver com o processo de digitalização. No seu entender, a digitalização elimina a realidade, sendo esta experimentada graças à resistência que oferece e que também pode ser dolorosa. A digitalização, acrescentada à cultura do “like”, tende para a supressão da negatividade da resistência. No entender do filósofo, nesta época pós-fática das *fake news* e dos *deepfakes*, surge uma apatia à realidade. O que em seu entender causa a comoção é um vírus real e não apenas um vírus de computador. A realidade, e a resistência a essa realidade, volta-se a fazer notar no formato de um vírus inimigo. Por conseguinte, a violenta e exagerada reação de pânico ao vírus explica-se em função da comoção que um determinado acontecimento ocasiona em território digital (Han, 2020).

Nesta perspetiva, “muito do que está a acontecer é estruturalmente antigo, isto é, quem tem poder político, económico, financeiro e até moral, sempre procurou controlar a informação” (Luís Santos citado em Faria, 2019, para. 5). O célebre caso de Pietro Aretino, que procurou manipular a eleição do Papa que sucederia a Leão X, em 1522, Roma, caluniando os adversários dos Médici com notícias falsas que grafavam numa folha sob a estátua de Pasquino, para que todos as pudessem ler, é um bom exemplo. Contudo, o impacto que teve na altura, do ponto de vista do acesso e da propagação da informação, está longe do atual. Tanto as subjetividades e intersubjetividades como as conversações globais hoje geradas no ciberespaço demonstram tal diferença numérica. Com esta mediatização no ciberespaço, o acontecimento (pandemia) não só provoca um alheamento a outras realidades (não mediatizadas), como também uma espécie de amnésia coletiva do que não se mediatiza. Isto foi bem patente, nomeadamente em relação a outras doenças, durante a pandemia (Al-Amer et al., 2021). O estado pandémico passou a ser a própria mensagem e tudo o resto pareceu não existir.

As tecnologias de comunicação digital vieram alterar, deste modo, as perceções do tempo e do espaço na medida em que a experiência digital contemporânea fez com que os processos de socialização se tornassem mais intrincados e difusos. Com a introdução dos novos meios sociotécnicos para a comunicação e informação junto dos grupos sociais, a memória da pandemia COVID-19, por exemplo, viu-se construída num rodopio de processos de identificações e associações contingentes amplificadas,

abrindo caminhos diversos nos processos informacionais – e nem sempre benéficos para as populações em geral. Se as plataformas digitais, enquanto mediadores da informação, permitiram, de facto, registar, guardar e partilhar mais facilmente as memórias dos tempos atuais, também fizeram eclipsar uma outra dimensão – a temporalidade – e isto porque a experiência digital está necessariamente ligada ao presente mediático (Babo, 2018). Neste sentido, a memória da pandemia da COVID-19, por exemplo, construída nestes moldes, revelou-se muito mais fluída, resultando daqui uma condição *atópica* no modo de entender o seu verdadeiro significado social. Digamos que no espaço digital não há lugar para a contextualização da memória da pandemia quando a (des)mediatização, inerente ao próprio ciberespaço, proporciona o fim da (re)apresentação. Metaforicamente, estamos perante um movimento constante de encaixe e desencaixe de peças de um *puzzle* que nunca finda, porque sem delimitação do tempo e do espaço fica-se refém dos processos de construção identitária – e, por conseguinte, de uma individuação promovida apenas de fora para dentro (Neves & Costa, 2020).

Diante deste quadro, quisemos estudar controvérsias, discursos e metonímias que veiculassem conflitos entre interesses e factos. Para tal, elegemos o período da pandemia entre março de 2020 e maio de 2021. Desse período, recolhemos, em canais de notícias/jornais *online*, tendo por origem geográfica Brasil e Portugal, um conjunto de *fake news*, contradiscursos e controvérsias que se viraram contra os argumentos de governos e instituições científicas. Identificamos, através de leituras exploratórias sobre a temática, quatro grandes controvérsias ao longo desse período, que categorizamos do seguinte modo: a) pandemia *versus* não pandemia; b) políticas de confinamento e curas caseiras *versus* políticas de restrição de liberdades e perigos caseiros; c) vacinas em tempo recorde *versus* vacinas enquanto constructos ineficazes; d) vacinas que protegem *versus* vacinas que matam.

Para tal, procuramos no google notícias com títulos próximos de cada uma das quatro controvérsias. Entre o período compreendido, encontramos 52 notícias em formato digital em língua portuguesa

que relacionavam, a partir do título, cada uma das controvérsias. Dessas, selecionamos as três notícias (12 notícias no total) que mais diretamente se relacionavam no título com as controvérsias. Obtivemos a seguinte distribuição:

Tabela 1. Títulos de notícias por controvérsia

Controvérsias	Títulos	Nome do jornal
A	Fact Check. Covid não existe e pandemia foi combinada em outubro de 2019 no "Evento 201"?	Jornal Observador
	Bill Gates nega teorias da conspiração que o acusam de causar a pandemia "Essa epidemia simplesmente não existe", diz Olavo de Carvalho	Diário de Notícias Poder 360
B	Críticas à OMS por gestão da pandemia de coronavírus se multiplicam	RFI
	Os mais loucos remédios caseiros contra a Covid-19 Jornalistas admitem que orientaram cidadãos para o confinamento	Revista Sábado Público
C	Fake news: sempre existiram, mas nunca foram tão daninhas A história de Bolsonaro com a hidroxicloroquina em 6 pontos: de tuítes de Trump à CPI da Covid	Público BBC News Brasil
	Covid-19: idosos estão a morrer por causa da vacina da Pfizer/BioNTech?	Sic Notícias
D	Vacina contra Covid-19 não é segura' e outros mitos que circulam na internet	CNN Brasil
	YouTube vai remover todos os "conteúdos nocivos" relacionados com vacinas Há desinformação em mais de um quarto de vídeos muito vistos no YouTube sobre a pandemia	Público Público

Após esta recolha no meio digital, fizemos uma análise exploratória do seu conteúdo de modo a averiguar argumentos e controvérsias que circularam e que estiveram presentes tanto nas publicações disseminadas no digital como em tomadas de posição institucionais. Refletimos, no final, sobre as controvérsias e moralidades implícitas, para daí retirar algumas interpretações relativamente às dinâmicas entre interesses e factos e de como as brechas geradas pelas controvérsias abrem a porta a estruturas argumentativas baseadas em desinformação, contra-informação e *Fake News*.

Para cada dimensão, foram analisadas notícias e *fact checkings* que nos ajudariam a entender melhor as controvérsias deste período da pandemia (ver Figura 1). A divisão deste período em quatro momentos na sua relação com as notícias de resistência e com controvérsias face ao discurso dominante é uma escolha por aquelas que consideramos serem os maiores gatilhos de conflito e tensão, ainda que tenham existido outros. Além disso, para cada uma dessas fases, escolhemos notícias apenas em língua portuguesa.

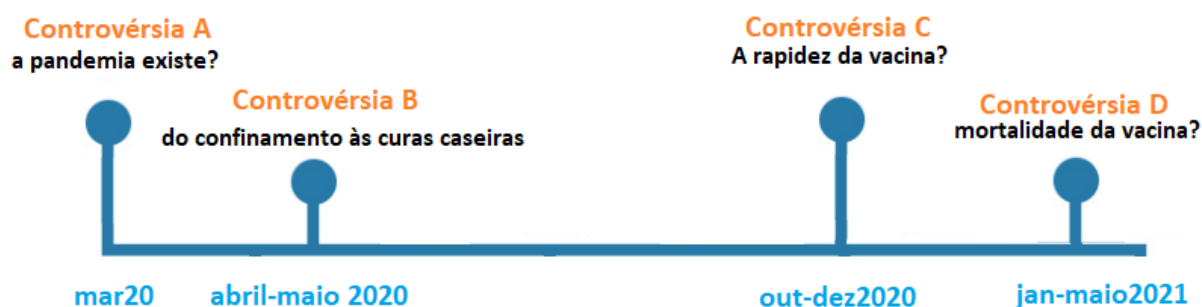


Figura 1. Cronograma das principais controvérsias em torno da Pandemia. Fonte: Elaborada pelos autores

Aceitando a sugestão do teórico da sociologia da ciência, Bruno Latour (2012), consideramos que estudar as controvérsias é provavelmente das escolhas mais acertadas metodologicamente nas ciências sociais e humanas, na medida em que, em potência, se avaliam as brechas argumentativas geradas entre os interesses particulares e os factos. Se uma explicação ou tomada de decisão na gestão da pandemia surge, numa instituição credível, de forma pouco transparente e pouco sustentada em factos científicos, eis que o fantasma das pressões económicas se agiganta naqueles que vislumbraram falta de transparência ou falta de evidências científicas. A escolha destas quatro controvérsias prendeu-se com esta questão e com o facto de se terem gerado milhares de comentários e partilhas em plataformas digitais como Facebook, YouTube ou Twitter, inquietando grandes porções populacionais.

2.1. Controvérsia A: a ideia de que “a pandemia não existe”

A declaração de pandemia, em certos intelectos contingentes circulantes, não foi consensual. Médicos, responsáveis de saúde e até ex-responsáveis da Organização Mundial de Saúde começaram por lançar a ideia, logo na primeira fase do período pandémico, de que nunca chegou a existir propriamente uma pandemia (Costa et al, 2020). De março a maio de 2020 circulou a ideia de que a “COVID-19 não existe” e que a pandemia teria sido alegadamente combinada num encontro a 18 de outubro de 2019, o chamado *evento 201*, patrocinado pelo John Hopkins Institute e por Bill & Melinda Gates Foundation (segundo utilizador da rede social Facebook citado em Capucho, 2020, para. 2). Neste período inicial, conspirava-se sobre ter sido Bill Gates a ter orquestrado a criação do vírus para controlar e “eliminar 15% da população” mundial (Diário de Notícias, 2020, para. 4).

Enquanto reação a esta dinâmica, o artigo do *Fact Check* do jornal *online* Observador veio contestar fortemente esta ideia. Pode ler-se neste verificador de factos que “a 20 de maio, surgiu uma publicação no Facebook, com uma imagem anexada, onde é descrita uma longa teoria com o seguinte título: “Covid-19 não existe” (Capucho, 2020, para. 3). Nesse é contestada a ideia de que:

a pandemia foi combinada num encontro a 18 de outubro de 2019, o chamado evento 201, patrocinado pelo John Hopkins Inst. e por Bill & Melinda Gates Foundation”. Só dez publicações com este mesmo texto tiveram mais de 4,5 mil partilhas e mais de 300 mil visualizações desde 21 de maio. (Capucho, 2020, para. 3)

No Brasil, dois dias a seguir, no dia 22 de maio, na página *web* Poder 360, escrevia-se que:

o escritor e ideólogo Olavo de Carvalho, considerado o guru intelectual do governo Jair Bolsonaro, diz em vídeo partilhado nas redes sociais na noite de domingo (22.mar.2020), que a pandemia do novo coronavírus não existe. Ele diz que “não tem 1 único caso confirmado de morte” pela doença. (Poder 360, 2020, para. 1)

Estes argumentos, alguns provenientes de pessoas com responsabilidades sociais e políticas, serviram de opiniões a imitar contra os argumentos governamentais que impuseram restrições à mobilidade e liberdade de circulação, mas também como contra-argumentos lançados em retaliação. Uma dessas reações foi o sensacionalismo de algumas imagens e reportagens sobre caixões de mortos por COVID-19, que visavam apontar para o perigo e, simultaneamente, provocar o alarme junto das populações.

A juntar a esta ideia, foi também veiculado o argumento contra-corrente de que o simulacro do *Event201*, orientado para um cenário catastrófico, redundou, “juntamente com as organizações internacionais e a indústria privada, [em] ‘reforçar’ os stocks mundiais de contra-medidas médicas, expandir o stock de vacinas, doar parte das suas reservas de vacinação, fornecer financiamento substancial” (Goulão, 2020).

Esta visão economicista do fenómeno ganhou legitimidade sobretudo devido às hesitações sucessivas da Organização Mundial de Saúde (OMS). Para o jornal *Le Monde* (de 14 de abril), citado pelo jornal RFI, desde o início do surgimento da Covid-19 que a OMS “é acusada de ter-se alinhado à China, de ter elogiado as medidas das autoridades de Pequim contra a doença e de ter demorado a dar o alerta mundial sobre o perigo do novo coronavírus” (Balibouse, 2020, para. 2). Neste caso, um dos iniciadores sonantes dos ataques à OMS foi Donald Trump, “após um tuíte do presidente americano de 7 de abril” que acusava esta organização de se ter “enganado completamente”, na medida em que só teria reconhecido que o vírus era transmissível entre humanos a “22 de janeiro, um mês depois do surgimento da doença em Wuhan, e só considerou a doença uma ameaça para o mundo em 11 de fevereiro. A demora teria contribuído para transformar a epidemia chinesa em uma pandemia” (Balibouse, 2020, para. 5).

Além disso, declarações da ex-diretora da OMS, de Marie-Paule Kieny, vieram fortalecer o argumento do jogo de poderes e interesses por detrás do funcionamento da OMS: “os países integrantes da OMS querem que ela continue fraca pois a saúde é um tema essencialmente político e uma prerrogativa nacional” (Balibouse, 2020, para. 9).

Este duelo lógico de argumentos, expressão cara a Gabriel Tarde (1978), surgiu logo no início da pandemia. A 21 de março de 2020, um utilizador de Facebook escrevia que “Para aqueles que acreditam que tudo está tranquilo, que não passa de uma simples gripe, vou mostrar para vocês algo que nunca viram, pois nem o mundo conseguiu [*sic*] ver no último século. Este é o centro de Veneza/Itália” (citado em Dias, 2020, para. 2). Para tal, foi apresentada a imagem abaixo para ilustrar a situação.



Figura 2. Exemplo de imagem que circulou pelo Facebook durante a pandemia de Covid-19. Fonte: Observador.

No entanto, e também de acordo com o *Fact Check* do mesmo jornal, *Observador*, é referido que:

esta imagem foi tirada há cerca de 11 anos e remete para o terramoto da cidade de L'Aquila — um sismo de 5,9 na escala de Richter que matou 308 pessoas a 6 de abril de 2009. Esta fotografia foi publicada num artigo de 2015, num artigo do *site* da Abruzzo Live TV, que recordava o terramoto que ocorrera seis anos antes. (Dias, 2020, para. 6)

Verifica-se, nesta dinâmica, uma controvérsia sobre factos e interesses, demonstrando os modos de tentar impor, numa lógica imagética, uma “verdade à medida” de interesses parciais. Os interesses aqui não foram corroborados pelos factos, ainda que se tenham tornado fontes de pânico e medo. As informações sobre imagens falsas de caixões de mortos espalharam-se virulentamente, chegando, por exemplo, ao Brasil, no seguinte formato: a 8 de maio de 2020, Vinícius Lemos, da BBC News Brasil, dava conta de que

a Agência Lupa, especializada em checagem de informações, [refere que] uma das fotos é de um caixão abandonado na beira da estrada há mais de dois anos, entre os municípios de Arari e Vitória do Mearim, no Maranhão. A outra imagem é de um caixão abandonado em João Pessoa, na Paraíba, em agosto de 2015. (Lemos, 2020, para. 3)

A circulação de imagens pela *internet* que tinha como fito sublinhar o perigo do COVID-19 com imagens descontextualizadas ou manipuladas acabou por legitimar alguns argumentos entre os negacionistas da pandemia. Estes argumentos vieram reforçar a ideia de farsa junto daqueles que não queriam ficar submetidos às várias restrições de liberdade, que iam acontecendo num efeito-dominó, ao longo do decorrer do tempo pandémico, em vários países. O argumento da “falsa” pandemia encontrava-se, inicialmente, no centro de uma controvérsia alimentada por montagens imagéticas que, de um lado e do outro dos diferentes grupos de interesses, se foram multiplicando e imitando. Durante esta primeira controvérsia, a “verdade” passou a ficar sujeita mais à subjetividade dos interesses que se foram organizando do que à força dos factos: de um lado, os ultra-céticos da pandemia; do outro, os ultra-crentes mobilizados ou paralisados muitas vezes pelo medo. No meio, todo um resto de indivíduos

a consumir informações provenientes de ambos os lados. Factos e interesses desligados serviram, neste caso, para gerar um caos informativo inicial, principalmente nas redes sociais e aplicações de mensagens para computador e dispositivo móvel.

2.2. Controvérsia B: do confinamento às curas caseiras

Já numa segunda fase, outros tipos de controvérsias tomaram conta dos argumentos e contra-argumentos. Primeiro, as políticas de confinamento e depois, as curas para a COVID-19.

Sobre o primeiro caso, o estudo *Stay-at-home policy is a case of exception fallacy: an internet-based ecological study* (Savaris et al, 2021) veio dar alguma razão aos que negavam os efeitos das políticas de confinamento. Porém, no início havia uma forte interpenetração entre interesses e factos que dificultava as tomadas de posição. Na perspetiva das tomadas de decisão políticas, proceder ao confinamento foi a decisão mais tomada e, portanto, mais imitada pelos diversos governos. Era uma decisão fácil porque pressupunha uma tomada de decisão pela via do senso comum: “mais vale prevenir do que remediar”. Ainda que não existissem dados concretos, esta via pensava que afastar fisicamente as pessoas, reduzindo os contactos ao estritamente necessário, como uma forma de evitar transmissões potenciais. Por outro lado, isto acarretou grandes custos ao nível da organização social¹ da vida das populações (escola, trabalho, hábitos, consumo, etc.) e, especialmente, nos relacionamentos e interações sociais (Dow et al, 2021). Entre o custo e o benefício, a grande maioria da decisão política optou por grandes restrições, contraste com os interesses e as necessidades de uma outra grande quantidade de populações que via a sua qualidade de vida e até de acesso a rendimentos vedada. Um equilíbrio difícil de manter, já que os factos não existiam de forma suficiente para corroborar os dois tipos de interesses (permitir o conforto de se agir para controlar a pandemia e, simultaneamente, garantir a qualidade de vida e trabalho dos cidadãos). Savaris e colegas referiram que “ficar em casa não desempenhou um papel dominante na redução da transmissão de COVID-19” (Saravis et al., 2021, p.1). No Japão, para além de não funcionar ainda se revelou dramático devido a um grande aumento no peso das crianças e na ansiedade das mães sobre como criar os seus filhos (Takako & Yokoyama, 2021).

De facto, as decisões políticas dos confinamentos e dos encerramentos de escolas foram mais do tipo moral, tendo por base, simultaneamente, veias politicamente corretas e de alívio psicológico – e, nesse aspeto, uma franja das populações que contestaram estas medidas tinham alguma noção de que estariam a ser dados passos com base mais em interesses políticos do que propriamente em interesses arreigados aos factos.

Já o segundo caso, que ganhou destaque traduziu-se numa outra dinâmica: a procura por soluções caseiras para “resolver o problema” da contaminação. Nesta dinâmica, não estaria propriamente um intelecto contingente marcado pela ideia de negação do fenómeno, como no caso anterior, mas numa abertura às curas “naturais”.

A revista *Sábado*, na sua edição *online*, apresentava, a 16 de agosto de 2020, uma lista de “os mais loucos remédios caseiros contra a COVID-19” (Bento, 2020). Este artigo começa por referir que “por todo o mundo, surgem remédios caseiros para prevenir e curar o coronavírus, como chá, dióxido de cloro, conhaque ou urina de vaca. A OMS já alertou para os perigos” (Bento, 2020, no lide). Para a jornalista, sobretudo em lugares onde a ciência química não tem grande expressão, os remédios caseiros constituíram “verdades à medida” de interesses particulares:

em África e na América do Sul, muitos curandeiros estão a aproveitar-se da doença para venderem “banha da cobra”. Há de tudo: desde o chá distribuído de porta em porta em Madagáscar, à urina de

1. Como exemplos, podemos destacar o teletrabalho, por um lado, que obrigou os trabalhadores a afastarem-se dos seus ambientes profissionais; por outro lado, e no caso concreto das escolas e universidades, os alunos foram também obrigados ao distanciamento físico dos seus grupos de amigos e professores, ficando, com efeito, os processos de ensino e socialização mediados por um computador ou telemóvel.

vaca, passando pelo conhaque, o alho cru e pelo dióxido de cloro. Também há quem acredite que a oração é o mais eficaz para eliminar o vírus. Na África do Sul, o porta-voz do Ministério da Saúde diz que recebem cerca de 10 chamadas por dia de pessoas a garantir ter a cura para o coronavírus. (Bento, 2020, para. 2)

Dois dos primeiros exemplos mencionados são esclarecedores: primeiro o Conhaque, em que o “governador de Nairóbi, no Quênia, incentivou a população a beber álcool para se proteger do vírus e incluiu garrafas de conhaque nas entregas de alimentos aos mais necessitados” (Bento, 2020, para. 3). Depois a Manga inalada, que “na República Democrática do Congo, num anúncio na rádio, um médico propõe a ‘cura garantida’ para a Covid-19: inalar vapores de uma mistura de manga e casca da árvore e folhas de papaia” (Bento, 2020, para. 4).

A iliteracia, no que diz respeito ao tema da saúde, pode ajudar a explicar estas dinâmicas. Todavia, não fica afastada a tese de que avanços e recuos mundiais em torno dos efeitos da cloroquina e hidroxicoloquina para o combate à COVID-19 tenham gerado alguma desorientação global, abrindo a porta a uma procura mais individualizada para “soluções caseiras”. Interesses e factos não estiveram alinhados, o que gerou grande desorientação informativa. Recordamos que a 29 de maio de 2020 a DGS (Direção Geral de Saúde) e o Infarmed – Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, recomendaram aos profissionais de saúde “a suspensão do tratamento com hidroxicloroquina em doentes com Covid-19” (SNS, 2020, para. 1). O que significava que este medicamento estaria a ser utilizado até indicação contrária da OMS.

É importante referir que “entre março e maio de 2020, ainda no início da pandemia, ganhou ímpeto global a discussão em torno de medicamentos que, esperava-se, tivessem o poder de ‘virar o jogo’ na batalha contra a covid-19” (Idoeta, 2021, para. 1). Entre esses medicamentos, cloroquina e hidroxicloroquina passaram a ser objeto de uma procura constante nas farmácias e de explorações caseiras variadas que só foram serenando “à medida que as evidências científicas passaram a apontar que elas não traziam benefícios aos pacientes, além de terem efeitos colaterais graves e darem uma falsa sensação de proteção contra o coronavírus” (Idoeta, 2021, para. 3).

Entre aqueles que procuraram curas por iniciativa própria, o que durou mais tempo foi a dúvida relativamente ao poder curativo da cloroquina e hidroxicloroquina e que induziu ainda muita gente ao uso da medicação como preventivo. Jair Bolsonaro, presidente do Brasil, referia a 20 de maio de 2020 que utilizara cloroquina após sentir sintomas de COVID-19, alegando que “não vou falar o nome (do remédio) para não cair a live” (Idoeta, 2021, para. 7). Com isto, Bolsonaro sugeria indiretamente uma metonímia forte acerca de um alegado acordo entre farmacêuticas e OMS para cancelar este produto. Chegou até a ir mais longe na sua narrativa:

aquele negócio que o pessoal usa para combater a malária, eu usei lá atrás e no dia seguinte tava bom. E vou dizer mais: há poucos dias estava me sentindo mal e, antes mesmo de procurar o médico.... Olha só que exemplo estou dando: tomei depois aquele remédio porque estava com sintoma. Tomei, fiz exame, não estava (doente). Mas, por precaução, tomei. (Bolsonaro citado em Idoeta, 2021, para. 8)

A par desta ideia de controlo de informações desajustadas das indicadas pelas instituições de Saúde, redes digitais como Facebook, Twitter ou YouTube desenvolveram, eles mesmo, algoritmos no sentido de eliminar ou limitar conteúdos. Jair Bolsonaro usou o canal do YouTube para fazer referências à cloroquina, desenvolvendo uma estratégia de comunicação discursiva “sem mencionar o nome do medicamento” (Idoeta, 2021, para. 9). O que do ponto de vista comunicacional é problemático, pois gera informação por sugestão com forte dose de arbitrariedade. O YouTube terá eliminado esse vídeo.

Dois dias antes, a 18 de maio de 2020, Donald Trump, ainda presidente do EUA, anunciava que

muita coisa boa saiu da hidroxicloroquina. Vocês ficariam surpresos com quantas pessoas tomaram (o medicamento), especialmente profissionais da linha de frente, antes que sejam contaminados. Eu mesmo estou tomando. Estou tomando agora mesmo, comecei há algumas semanas. (Donald Trump citado em Idoeta, 2021, para. 15)

Porém, esta sugestão pública entrava em rutura com as indicações do seu próprio governo: “a FDA, agência americana regulatória de medicamentos, havia advertido contra o uso da cloroquina fora de testes clínicos, depois de surgirem evidências de que o medicamento causaria arritmia cardíaca em pacientes” (Idoeta, 2021, para. 16).

Trump terá então influenciado Bolsonaro. Porém, terá sido ele mesmo influenciado por “um estudo do instituto francês, IHU-Méditerranée Infection², alegando que a cloroquina e a hidroxicloroquina eram eficientes contra o SARS-CoV-2” (Idoeta, 2021, para. 18).

A controvérsia sobre a hidroxicloroquina, que gerou vários avanços e recuos, revelou, em certo sentido, o perigo desses interesses e da geração à distância de pós-verdades estratégicas. Tendo alicerçado decisões contrárias ao desenvolvimento de fármacos com hidroxicloroquina em artigos publicados nos jornais científicos *The Lancet* e *New England Journal of Medicine*, a OMS dificilmente imaginaria o que poderia estar por detrás. De acordo com o *The Guardian*, existiram erros consideráveis nas bases de dados destes estudos. O *The Guardian Austrália* descobriu-os no estudo do *The Lancet*, precisamente na base de dados fornecida por uma empresa de nome Surgisphere. O estudo em causa referia que os investigadores responsáveis teriam obtido os dados por intermédio desta empresa e que estes teriam sido recolhidos em cinco hospitais, registando 600 pacientes de Covid-19 e cerca de 73 mortes australianas a partir de 21 de abril de 2020. Porém, dados da Universidade John Hopkins – que acompanhava os dados australianos – mostravam que apenas 67 mortes por Covid-19 foram registadas na Austrália até 21 de abril. O número não subira para 73 até 23 de abril. Sapan Desai, diretor da Surgisphere, acabou por confessar que um hospital asiático fora acidentalmente incluído nos dados australianos, levando a uma inflação de casos no país. Esta descoberta levou o *The Guardian* a explorar mais a questão. Entrou em contato com cinco hospitais em Melbourne e dois em Sydney, cuja cooperação seria essencial para confirmar o número de pacientes australianos presente na base de dados fornecida pela Surgisphere. Todos esses hospitais negaram qualquer participação nessa base de dados e disseram que nunca ouviram falar da empresa Surgisphere.

Isto desencadeou, no *The Guardian*, mais dúvidas, levando a nova investigação sobre a empresa Surgisphere. Essa investigação concluiu que: os funcionários do Surgisphere têm pouco ou nenhuma formação científica. Para além do editor de ciências ser um autor de ficção científica, o executivo de marketing é um ex-modelo, habitual anfitrião de eventos; a página do LinkedIn da empresa tem menos de 100 seguidores. Entre 20 e 30 de maio de 2020, a empresa listava seis funcionários. Terça-feira (dia 02/06/2020), essa lista teria sido alterada para três funcionários; embora a Surgisphere afirme ter um dos maiores e mais rápidos bancos de dados do mundo, quase que não tem presença online. O seu identificador no Twitter tem menos de 170 seguidores, sem publicações entre outubro de 2017 e março de 2020; até ao dia 31/05/2020, o botão “entrar em contato” da página oficial da Surgisphere estava a redirecionar para um site de criptomoeda, levantando questões sobre como é que os hospitais poderiam facilmente entrar em contato com a empresa para ingressar no seu banco de dados; o diretor da Surgisphere, Sapan Desai, foi nomeado em três processos por negligência médica (Davey, 2020).

2. O estudo pode ser consultado através do link: <https://www.mediterranee-infection.com/hydroxychloroquine-and-the-burden-of-proof/>

Estes dados remetem-nos para uma situação em que uma empresa fornecedora de dados para investigações científicas terá falsificado informações (falta saber com que intenções), inflacionando casos de Covid-19. Se regressarmos à noção de *Fake News*, ganhamos uma nova visão sobre este caso: *Fake News* são notícias que contém mentiras ou, em alternativa, informações falsificadas – com fins políticos, económicos ou outros (Hunt, 2016), ou seja, fraudulentas. Neste caso, a origem destas *Fake News* estaria nas fontes primárias – bases de dados. Assim, tanto o artigo publicado no *The Lancet* como o do *New England Journal of Medicine* podem agora ser considerados dois instrumentos de pós-verdade, na medida em que contém informações falsificadas com o intuito de algo mais particular. Tendo a OMS seguido as recomendações destes estudos, acabou por validar mundialmente esta “pós-verdade” durante algum tempo.

Estaríamos aqui diante de verdades à medida, confusão deliberada entre interesses e factos, ou apenas entre erros de investigação? É que mais tarde, acabou por verificar-se que “as diretrizes éticas [desse] estudo apontaram conflitos de interesse dos autores” (Idoeta, 2021, para. 19).

2.3. Controvérsia C: “a vacina não pode ser feita rapidamente”

Um dos fundamentos mais utilizados para descredibilizar as várias dinâmicas em torno da pandemia COVID-19 foi a questão do tempo para a elaboração da vacina. Se as vacinas em geral já são alvo de mitos e discursos controversos, neste caso concreto das vacinas de combate à COVID-19, até por terem sido concebidas de modo acelerado (em contrarrelógio por várias farmacêuticas), aumentaram as desconfianças e o número de pessoas a aderir ao movimento *anti-vax*. Esta ideia veio a encaixar perfeitamente nos argumentos dos *antivaxxers* (ou anti-vacinas) ao mesmo tempo que rejeitavam as restrições colocadas pelos governos ao longo da gestão pandémica.

A questão de fundo aqui é que o desenvolvimento de vacinas costuma ser lento devido ao facto de ser um processo economicamente dispendioso e que requer diferentes tipos de testes. Neste caso excepcional, os governos aceleraram a dinâmica económica ao financiarem as farmacêuticas nesta questão particular. Foram pagos milhões pelos governos para desenvolvimento e aquisição rápida das vacinas (Fox, 2020). Todavia, esta implicação da dinâmica económica sobre a produção de algo que serve de bem-comum, é precisamente um dos grandes motivos de desconfiança popular. Entre os argumentos controversos dos que negam a eficácia da vacina, está precisamente a ideia de que o mundo avança ou recua mediante o dinheiro envolvido, gerando desconfiança tanto no processo científico como no processo produtivo.

Ainda dentro desta questão, está a controvérsia relativa à rapidez dos testes à vacina – outro motivo de desconfiança. A questão é que, durante a pandemia, havia uma relação próxima entre pessoas infetadas e vacina utilizada como teste – o que em situações normais não aconteceria. Ao invés de armazenamento em lote, os resultados dos testes às vacinas eram vigiados imediatamente. Este processo, acompanhado por agências externas (como por exemplo a Agência Europeia dos Medicamentos [EMA] ou o FDA – Agência Reguladora de Medicamentos e Alimentos, dos EUA), foi constantemente acompanhado por especialistas de dados (FDA, 2020).

Em suma, neste caso concreto das vacinas, a controvérsia ganhou grande legitimidade entre os que negam os processos relacionados com as vacinas e respetivos testes na dimensão económica, isto é, por se defender a tese de que o mundo só avança mediante estímulos financeiros e que os países estão reféns de grandes empresas privadas de desenvolvimento farmacológico. Obviamente que esta representação sugeriu, por um lado, que o medo é um negócio muitas vezes induzido, algo já denunciado por Bauman (2016) e, por outro lado, a manipulação da ciência ao serviço do poder é um perigoso condimento, algo sugerido por Agamben (2020).

Acresce, igualmente, que notícias com recurso a metonímias terão favorecido os processos de vacinação, acelerando, entre os menos crentes em todo este fenómeno, a desconfiança nas redes. O uso de argumentos de âmbito económico ou organizacional para forçar comportamentos foram percebidos como metonímias persuasivas. Um tipo particular de captologia. Quer-se com isto dizer: foram baseadas em interesses e não tanto em factos, o que constituiu a base de muitas ideias anti-pandemia (controvérsia A). Estes contra-argumentos, legitimados por estruturas de comunicação assentes em *links* e por estruturas discursivas assentes em referências médicas e científicas, exploraram fortemente as metonímias (Massuchin et al, 2021), nomeadamente atribuir à COVID-19 a crise económica. Como o estudo realizado por Massuchin e colegas averiguou, os argumentos gerados num grupo de apoiantes de Bolsonaro no Whatsapp iam muito no sentido de justificar a relação *COVID-19 vs. Crise* como uma falácia e, na medida em que, nesse tipo de notícias, haveria a tendência para substituir a causa pela consequência. A causa da crise económica vinha sendo entendida não como algo diretamente provocado pela pandemia, mas antes pelas políticas e leis restritivas adotadas. Além disso, as formas noticiosas, tendo por base associações simplistas, abriram caminho para a geração de espirais de desentendimentos entre causas e consequências, retirando objetividade aos factos (Massuchin et al, 2021).

2.4. Controvérsia D: “não tomo a vacina porque morrem pessoas”

Uma das informações altamente alarmante e que circulou nas redes digitais foi o tema das alegadas mortes derivadas das vacinas. De acordo com o Polígrafo SIC, de 01 de março de 2021,

a 15 de janeiro, a Bloomberg noticiava que 23 pessoas com mais de 75 anos morreram na Noruega vítimas da primeira dose da vacina da *Pfizer*. As autoridades norueguesas confirmaram que 13 das 23 autópsias atribuem a causa da morte aos efeitos secundários da vacina. (Polígrafo SIC, 2021, para. 5)

Além disso, na Alemanha,

o Instituto Paul Ehrlich, responsável pela vacinação no país, está a investigar 113 mortes, de indivíduos entre os 79 e os 93 anos, relacionadas com a vacinação. De acordo com o relatório do instituto, “as mortes estão relacionadas com pacientes com idades mais avançadas e que morrem coincidentemente com a toma da vacina, mas por causa de outras patologias já associadas.” (Polígrafo SIC, 2021, para. 6)

Também na Bélgica, teriam alegadamente sido

reportadas 14 mortes depois da toma da vacina. Mas segundo a *Federal Agency for Medicines and Health Products* (FAMHP), até à data não se pode estabelecer nenhuma causalidade entre estas mortes e a toma da vacina. (Polígrafo SIC, 2021, para. 7)

Esta informação vem corroborar os argumentos que aludimos na controvérsia C. Os receios que se foram instalando no espaço público (sobretudo no digital) geraram alarmes na opinião pública e motivaram tomadas de posição política. Em concreto, “o Parlamento Europeu reuniu-se em plenário, no dia 18 de janeiro, para discutir uma estratégia comum na certificação das vacinas na União Europeia. No debate, vários deputados manifestaram-se em relação à transparência dos contratos com as farmacêuticas” (Polígrafo SIC, 2021, para. 8).

Esta polémica em torno da vacinação acabou até por convocar a OMS a intervir no debate, levando-a a afirmar que

os relatórios não sugerem qualquer aumento inesperado ou desfavorável de fatalidade em idosos após a administração da vacina Pfizer/BioNTech. Os relatórios estão de acordo com as taxas esperadas de mortalidade por todas as causas de morte na subpopulação mais idosa. (Polígrafo SIC, 2021, para. 11)

Não obstante alguns partidos políticos (e.g. os Verdes) virem alertar para a necessidade de “haver transparência sobre quem se irá responsabilizar pelos efeitos secundários das vacinas: se os laboratórios ou a Comissão Europeia” (Polígrafo SIC, 2021, para. 9), o pedido de responsabilização pelos efeitos secundários das vacinas foi uma maneira de afirmar que existem riscos. O que por sua vez reforçaria as posições daqueles que contestavam a rapidez dos processos de vacinação e retirariam legitimidade às entidades responsáveis (como a INFARMED ou outras) que viessem garantir que em casos de idosos vacinados “em nenhum deles se estabeleceu uma associação direta entre a administração da vacina e o óbito” (Polígrafo SIC, 2021, para. 13). A verdade, nesta matéria, ficou à medida das diferentes opiniões, mas sempre atendendo a uma ideia abstrata de que estaria subjugada a interesses.

Na revisão da literatura efetuada por Al-Amer e seus colegas, foi possível identificar cinco fatores que influenciaram as intenções sobre a toma ou não da vacina contra a COVID-19, e que podem ser categorizados da seguinte forma: 1. diferenças sociodemográficas; 2. literacia em saúde e fontes de informação COVID-19; 3. risco percebido ou suscetibilidade percebida de COVID-19; 4. características da vacina e a velocidade na sua conceção; e 5. aumento regional do número de casos cumulativos de COVID-19 ao longo do tempo (Al-Amer et al., 2021, p. 2). A juntar a isto, sabe-se que “os grupos indecisos ou vacilantes acerca das vacinas eram mais propensos a serem influenciados pelos pontos de vista de grupos anti-vacinação minoritários, mais bem organizados, em comparação com outros grupos pró-vacinação” (Al-Amer et al., 2021, p. 22). Ora, estes fatores devem ser considerados nos processos de informação despoletados – sendo que interesses e factos devem estar colados sem margem de exploração terceira.

Considerações finais

Como ficou aqui demonstrado, o período da pandemia COVID-19 transfigurou-se num fenómeno favorável a dinâmicas polarizadoras, uma vez que fertilizou o digital com associações a intelectos contingentes que (pro)criaram e (im)puseram a circular *fake news*, desinformação, discursos e contra-discursos que distaram, não raras as vezes, interesses de factos. Por conseguinte, a comunicação telemediada, como tivemos a oportunidade de discutir, sentenciou o valor informacional sobre o acontecimento (pandemia) com práticas e pretextos antagónicos nas “redes”. Dito de outra forma, o valor noticioso da pandemia submergiu-se muitas vezes em propagandas, rumores e teorias da conspiração, bem como se desdobrou em *feedbacks* (des)moralizadores e descontextualizados, trazendo outros desafios ao jornalismo e à produção da informação.

Percebemos também, nesta análise exploratória, que a comunicação gerida em torno da pandemia se tornou num processo muitas vezes pouco transparente (senão duvidoso). Os processos de captologia (Costa, 2020a) engendrados pelos atores sociais, sobretudo através de conteúdos mediáticos que hoje os meios de comunicação digital agilmente industrializam e disseminam, vieram ameaçar a salubridade de instâncias como a ciência e a democracia, abrindo igualmente caminhos para desconfianças, cetismos e moralizações. Neste sentido, conclui-se que haja urgentemente uma forte aposta na defesa da primazia da informação sustentada com factos e evidências científicas e legitimadas por pares contra as vagas da comunicação em massa que tem por base interesses particulares. Estas catalisam a exploração de dimensões técnicas, emocionais ou particularistas – imagens, metonímias, abusos da liberdade de expressão e usos indevidos de sensacionalismo para capturar atenções.

No final, a assunção na infodemia parece-nos a que melhor resume e sustenta o estado de desinformação e o mal-estar societal que tem tomado conta do espaço público, cujo impacto dos ecrãs no quotidiano tem vindo a favorecer ações concretas nas tomadas de consciência dos indivíduos – uma vez que estes constroem a sua realidade no consumo reiterado de conteúdos digitalmente partilhados (Costa, 2020a-b-c). Como escapar, portanto, às anomias da informação nestas sociedades de comunicação cibernética, em que a nossa experiência enquanto cidadãos “se esgota em excitação, efervescência, espetáculo, euforia, simulacro” (Martins, 2017, p. 23), impondo-nos “um destino de ora em diante

fragmentário, caótico e nomádico” (Martins, 2017, p. 22)? Como podemos mitigar as atuais vertigens e melhor gerir as intersubjetividades e contingências que os média digitais provocam nos processos comunicacionais? Os *fact checkings* estarão a ser suficientes para reverter a desinformação, ou estamos apenas diante de jornalismo a tentar lidar com a sua inoperância ou incapacidade em informar corretamente os cidadãos dentro destes circuitos de tessitura reticular e com dinâmicas focadas em interesses grupais e particulares? Estão também as audiências cada vez mais desinteressadas em factos e mais à procura de verdades à medida?

Por outro lado, consideramos que é fundamental dar conta deste tipo de controvérsias, onde interesses e factos aparecem desligados e assim abrem brechas para o florescimento de argumentos e contra-argumentos falaciosos. Mesmo desligados, não deixam de constituir fenómenos sociais: o estudo da imitação de argumentos, que ganham ou perdem legitimidade por qualquer nuance comunicativa, como por exemplo com o uso de metonímias desnecessárias, deve constituir um tipo de estudo sociológico comum na prática jornalística e de criação informativa, na medida em que versa sobre o conhecimento, as crenças e os desejos das populações. É tanto maior a dinâmica resultante dessa imitação quanto mais eficazes forem os argumentos contra e a favor de discursos e contra-discursos. Neste sentido, perceber a relação e as associações entre factos e interesses permite mapear intelectos contingentes circulantes. Mais ainda, permite-nos refletir sobre o modo como as questões de interesse ganham a dimensão de questões de facto por uma dinâmica de legitimação de poder/política ou legitimação discursiva. Fazer questões de interesse parecer questões de facto beneficia, sobretudo, os dominantes. A moralização em torno de dispositivos comunicacionais, como por exemplo na deteção da existência de metonímias com determinados interesses, seja no processo de construção ou de desconstrução de argumentos e contra-argumentos, funciona como estratégia de imitação para a legitimação ou deslegitimação da informação circulante.

Ficou também patente, ao longo deste período pandémico analisado, que a polarização nos discursos é uma inevitabilidade diante do novo – que também faz parte dos critérios jornalísticos. Em concreto, a bipolarização e a ubíqua fragmentação ética e moral entre os vários grupos rivais face às informações disponíveis, mostra uma alienação dos espetadores-consumidores em proveito de alinhamentos discursivos divulgados, e não em proveito de factos conhecidos. Em última análise, estamos perante uma das consequências anunciadas por Byung Chul Han (2019): a expulsão do outro (daquele que pensa de modo diferente) e a forte moralização dos discursos dominantes para moldar comportamentos e atitudes. Neste aspeto, a pandemia constituiu um momento moral (Bauman, 2007). O espetáculo mediático (Debord, 2021), ao bipolarizar o mundo, especialmente entre cidadãos ditos *negacionistas* (que negam factos) e cidadãos que seguem recomendações, fez dos interesses dominantes, ainda que nem sempre suportados por factos, uma forma de balizar e medir posições, ora mais conformistas, ora mais inconformistas. Desta forma, aumentou-se a sensação de dois mundos, mas também porque os próprios discursos ambivalentes refletem e alimentam-se dos processos reiterados de *feedbacks* controversos, cujos ambientes digitais tendem a acelerar por se fundarem em técnica de captologia. O sujeito ficou, assim, mais suscetível a tomar posições diante das várias escolhas disponíveis e particularismos de grupos com posicionamentos políticos e crenças sociais dispares e controversas. O “espetáculo” em torno do COVID-19 obliterou a ação do sujeito individual e fez sobressair os discursos dominantes e paradoxais dos vários grupos em conflito em torno do acontecimento – mesmo que isso tivesse sido, muitas vezes, prejudicial (Savaris et al, 2021; Takuku & Yokoyama, 2021).

Referências

Agamben, G. (2020, 4 de maio). *A medicina como religião*. Instituto Humanitas Unisinos. <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598583-a-medicina-como-religiao-artigo-de-giorgio-agamben>

- Al-Amer, R., Maneze, D., Everett, B., Montayre, J., Villarosa, A. R., Dwekat, E., & Salamonson, Y. (2021). COVID-19 vaccination intention in the first year of the pandemic: A systematic review. *Journal of Clinical Nursing*, n/a (n/a). <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/jocn.15951>
- Arendt, H. (2006). *Entre o passado e o futuro: oito exercícios sobre o pensamento político* (M. Alberto, trad.). Relógio d'água.
- Babo, I. (2018). Média, Tempo e Memória. *Revista Vista* (2), 77-95. <https://doi.org/10.21814/vista.2995>
- Balibouse, D. (2020, 14 abril). Críticas à OMS por gestão da pandemia de coronavírus se multiplicam. *RFI*. <https://www.rfi.fr/br/mundo/20200414-cr%C3%ADticas-%C3%A0-oms-por-gest%C3%A3o-da-pandemia-de-coronav%C3%ADrus-se-multiplicam>
- Bassas, A. (2016, 17 de novembro). L'anàlisi d'Antoni Bassas: 'La postveritat'. *Diari Ara*. https://www.ara.cat/analisi/lanalisi-dantoni-bassas-postveritat_1_1470414.html
- Bauman, Z. (2006). *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos* (C. A. Medeiros, trad.). Relógio d'água.
- Bauman, Z. (2007). *Vida Fragmentada: Ensaios sobre a moral pós-moderna* (M. S. Pereira, trad.). Relógio d'água.
- Bento, S. (2020, 16 de agosto). Os mais loucos remédios caseiros contra a Covid-19. *Revista Sábado*. <https://www.sabado.pt/ciencia---saude/detalhe/os-mais-loucos-remedios-caseiros-contr-a-covid-19>
- Cádima, F. R. (2020). A Memória e a Era Digital. *Media & Jornalismo*, 20 (36), 193-206. https://doi.org/10.14195/2183-5462_36_10
- Capucho, J. P. (2020, 31 de maio). Fact Check. Covid não existe e pandemia foi combinada em Outubro de 2019 no “Evento 201”? *Jornal Observador*. <https://observador.pt/factchecks/fact-check-covid-nao-existe-e-pandemia-foi-combinada-em-outubro-de-2019-no-evento-201/>
- Castells, M. (2007). *A sociedade em rede. A era da informação: Economia, sociedade e cultura*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Costa, P. R. (2020c). Eu Sou Tu. Tu és Intelecto Contingente. In J. P. Neves; P. R. Costa; P. de V. Mascarenhas; I. T. de Castro & V. R. Salgado (Eds.), *Eu Sou Tu. Experiências Ecocríticas* (1ª ed., pp. 269-292). CECS. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/3319
- Costa, P. R. (2020a). Impactos da captologia. Problemáticas, desafios e algumas consequências do “dar vistas” ao ecrã em rede. *Sociologia Online*, 23(1), 74-94. <https://10.30553/sociologiaonline.2020.23.4>
- Costa, P. R. (2020b). Uma cartografia do ódio no Facebook: gatilhos, insultos e imitações. *Comunicação Pública*, 15 (29), 01-28. <https://journals.openedition.org/cp/11367>
- Costa, P. R. (2021). A sociedade enquanto duelo de imitações. Uma releitura de Tarde, G. (1978 [1890]). *As leis da imitação*. Porto: Rés Editora. *Revista Ciências Humanas*, 14 (2), 1-10. <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2121.v14.n2.a792>
- Davey, M. (2020, 12 junho). Covid-19 studies based on flawed Surgisphere data force medical journals to review processes. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/world/2020/jun/12/covid-19-studies-based-on-flawed-surgisphere-data-force-medical-journals-to-review-processes>
- Déborde, G. (2021). *A Sociedade do Espetáculo* (F. Alves & A. Monteiro, trads.). Antígona.
- Diário de Notícias (2020, 24 de julho). *Bill Gates Nega teorias da conspiração que o acusam de causar a pandemia*. <https://www.dn.pt/mundo/bill-gates-nega-teorias-da-conspiracao-que-o-acusam-de-causar-a-pandemia-12461657.html>
- Dias, J. A. (2020, 25 de março). Fact Check. Fotografias com dezenas de caixões alinhados são de mortos por coronavírus em Itália?. *Jornal Observador*. <https://observador.pt/factchecks/fact-check-fotografias-com-dezenas-de-caixoes-alinhados-sao-de-mortos-por-coronavirus-em-italia/>
- Dow, B. J., Johnson, A. L., Wang, C. S., Whitson, J., & Menon, T. (2021). The COVID-19 Pandemic and the Search for Structure: Social media and Conspiracy Theories. *Social & Personality Psychology Compass*, 15(9), 1–22. <http://10.0.4.87/spc3.12636>

- Elias, N. (1993). *O Processo Civilizador: formação do estado e civilização* (Vol. II, R. Jungmann, trad.). Zahar.
- Faria, N. (2019, 5 de março). Fake news: sempre existiram, mas nunca foram tão daninhas. *Jornal Público*. <https://www.publico.pt/2019/03/05/sociedade/noticia/fake-news-sao-velhas-humanidade-mudou-instrumentos-1863847>
- FDA (2020). *Vaccines and Related Biological Products Advisory Committee Meeting - FDA Briefing Document: Moderna COVID-19 Vaccine*. <https://www.fda.gov/media/144434/download>
- Figueira, J. & Santos, S. (Orgs.) (2019). *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1778-7>
- Fox, M. (2020, 19 de dezembro). 'Vacina contra Covid-19 não é segura' e outros mitos que circulam na internet. CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/vacina-contracovid-19-nao-e-segura-e-outros-mitos-que-circulam-na-internet/>
- Goulão, J. (2020). Os profetas dos vírus. *Abril*. <https://www.abrilabril.pt/internacional/os-profetas-do-virus>
- Han, B. C. (2016). *A Expulsão do Outro* (M. S. Pereira, trad.). Relógio d'água.
- Han, B. C. (2020, 22 de março). O Coronavírus de hoje e o mundo de amanhã segundo o filósofo Byung Chul Han. *Jornal El País*. <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>
- Hunt, E. (2016, December 17th). What is fake news? How to spot it and what you can do to stop it. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/media/2016/dec/18/what-is-fake-news-pizzagate>
- Idoeta, P. A. (2021, 21 de maio). *A história de Bolsonaro com a hidroxicloroquina em 6 pontos: de tuítes de Trump à CPI da Covid*. BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57166743>
- Jenkins, H. (2009). *Cultura da convergência* (2ª ed., S. Alexandria, trad.). Editora Aleph.
- Larson, H. (2018). The biggest pandemic risk? Viral misinformation. *Nature*, 562 (7726), 309. <https://doi.org/10.1038/d41586-018-07034-4>
- Latour, B. (2012). *Reagregando o Social: Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede* (G. C. de Sousa, trad.). Edufba.
- Latour, B. (2017). *Où atterrir? Comment s'orienter en politique*. La Découverte.
- Latour, B. (2020a). Por que a crítica perdeu a força? De questões de fato a questões de interesse. *Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC-Rio*, 29 (46), 173-204. <https://doi.org/10.32334/oqnf.2020n46a748>
- Latour, B. (2020b). Bruno Latour: 'This is a global catastrophe that has come from within'. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/world/2020/jun/06/bruno-latour-coronavirus-gaia-hypothesis-climate-crisis>
- Lemos, V. (2020, 08 de maio). *A farsa dos caixões vazios usados para minimizar mortes por covid-19*. BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52584458>
- Lévy, B. H. (2020). *Este vírus que nos enlouquece*. Guerra e Paz.
- Li, H. O.-Y.; Bailey, A.; Huynh, D. & Chan, J. (2020). YouTube as a source of information on COVID-19: a pandemic of misinformation? *BMJ Global Health*, 5 (5), e002604. <https://doi.org/10.1136/bmjgh-2020-002604>
- Loose, E. & Balbé, A. (2020) Cobertura ambiental durante a pandemia no Brasil e em Portugal: explorando crises e (des)conexões. *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación*, 144, 47-66.
- Lopes, M. (2020, 17 de junho). Jornalistas admitem que orientaram cidadãos para o confinamento. *Jornal Público*. <https://www.publico.pt/2020/06/17/politica/noticia/jornalistas-admitem-orientaram-cidadaos-confinamento-1920798>
- Maffesoli, M. (2001). *O Eterno instante – O Retorno do Trágico nas Sociedades Pós-Modernas* (M. L. Figueiredo, trad.). Edições Piaget.

- Martins, M. L. (2017). *Crise no Castelo da Cultura: das Estrelas para os Ecrãs* (2ª ed.). Edições Húmus.
- Massuchin, M. G., Tavares, C.Q., Mitozo, I.B., Chagas, V. H. (2021). A estrutura argumentativa do descrédito na ciência – uma análise de mensagens de grupos bolsonaristas de Whatsapp na pandemia da COVID-19. *Fronteiras – estudos midiáticos*, 23 (2), 160-174. <https://doi.org/10.4013/fem.2021.232.11>
- Milmo, D. (2021, September 29th). YouTube to remove misinformation videos about all vaccines. *The Guardian*. https://www.theguardian.com/technology/2021/sep/29/youtube-to-remove-misinformation-videos-about-all-vaccines?CMP=fb_gu&utm_medium=Social&utm_source=Facebook&fbclid=IwAR1KiTDD8V9Ez60kZ6sGosUxA5TGz-w4fvZ0VnYO16j0CgNms4WbAzZzWBU#Echobox=1632920987
- Neves, J. & Costa, P. R. (2020). Eu Sou Tu. Uma Ecosociologia da Individuação. In J. P. Neves; P. R. Costa; P. de V. Mascarenhas; I. T. de Castro & V. R. Salgado (Eds.), *Eu Sou Tu. Experiências Ecocríticas* (1ª ed., pp. 25-48). CECS. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/3319
- Neves, S. (2021, 29 de setembro). YouTube vai remover todos os “conteúdos nocivos” relacionados com vacinas. *Jornal Público*. <https://www.publico.pt/2021/09/29/tecnologia/noticia/youtube-vai-remover-conteudos-nocivos-relacionados-vacinas-1979272?fbclid=IwAR0KEXKhUP7FJtBDMmOo18NAIMXKvvd9N8JVpalyXAyaaE20aqtJine3W8>
- Patino, B. (2019). *A civilização do peixe-vermelho: como peixes-vermelhos presos aos ecrãs dos nossos smartphones* (T. Marques, trad.). Gradiva.
- Poder 360 (2020, 23 de março). “Essa epidemia simplesmente não existe”, diz Olavo de Carvalho. <https://www.poder360.com.br/coronavirus/essa-epidemia-simplesmente-nao-existe-diz-olavo-de-carvalho/>
- Polígrafo SIC (2021, 01 de março). *Covid-19: idosos estão a morrer por causa da vacina da Pfizer/BioNTech?*. Sic Notícias. <https://sicnoticias.pt/especiais/poligrafo-sic-europa/2021-03-01-Covid-19-idosos-estao-a-morrer-por-cao-da-vacina-da-Pfizer-BioNTech->
- Savaris, R. F., Pumi, G., Dalzochio, J., & Kunst, R. (2021). Stay-at-home policy is a case of exception fallacy: an internet-based ecological study. *Scientific Reports*, 11(1), 5313. <https://doi.org/10.1038/s41598-021-84092-1>
- Sennet, R. (2007). *A Cultura do Novo Capitalismo* (C. C. M. de Oliveira, trad.). Relógio d’água.
- Serafim, T. S. (2020, 14 de maio). Há desinformação em mais de um quarto de vídeos muito vistos no YouTube sobre a pandemia. *Jornal Público*. <https://www.publico.pt/2020/05/14/ciencia/noticia/ha-desinformacao-quarto-videos-vistos-youtube-pandemia-1916527>
- Sérgio, R. (2006, 27 de agosto). *A metonímia e a sinédoque*. Recanto das Letras. <https://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/226198>
- Silva, J. M. (2019). Fake news, a novidade das velhas falsificações. In J. Figueira, & S. Santos (Orgs.), *As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade*, (pp. 33-45). Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-1778-7_3
- Silveira, P. & Amaral, I. (2020). Notícias e públicos na era dos novos *media*: perceções e dinâmicas de consumo em rede. *Comunicação Pública*, 15 (28), 1-8. <https://doi.org/10.4000/cp.7618>
- SNS (2020, 29 de maio). *Covid-19 - Hidroxicloroquina*. <https://www.sns.gov.pt/noticias/2020/05/29/covid-19-hidroxicloroquina/>
- Tarde, G. (1978). *As leis da imitação* (C. F. Maia, trad.). Rés Editora.
- Tarde, G. (1992). *A opinião e as massas* (L. E. de Lima Brandão, trad.). Martins Fontes.
- Zuboff, S. (2020). *A Era do Capitalismo da Vigilância: a Disputa por um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder* (L. F. Silva & M. S. Pereira, trad.). Relógio d’água.